

2. REGULARIZAÇÃO DA FATURAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS – PEDIDOS DE SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DE INSCRIÇÕES NOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:

Da **DMG – DF – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receitas**, submetendo à consideração do Executivo Municipal o pedido regularização da faturação das piscinas municipais – pedidos de suspensão e cancelamento de inscrições nos serviços disponibilizados.



BRAGA
Município

DMG - DF - DIVISÃO DE CONTROLO FINANC. E ARRECADAÇÃO DE REC.

INFORMAÇÃO Nº I/11447/2020

Despacho	Despacho
Atencem2 aos molins reseribs, paci utilizaf res services, e 7c oeriz co - o arhjo 45 20 NCI, mpe-se qui o Sr. Proiz mfin res/ech u senhil 2e reuehr o prouh mfin o 7olilaf 2u erecubiu.	A m d Eath. 202625
Despacho	
Visto. A molins h. DRB pare, Amuland, mfin as Eou, h. mndu a mfin d emd do ER. 2020/05/21 	

	Data
	15-05-2020

Assunto: Regularização da faturação das piscinas municipais - Pedidos de suspensão e cancelamento de inscrições nos serviços disponibilizados.

Considerando que:

1. A Divisão de Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica (DDJAPC) remete à Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita (DCFAR), pela aplicação de gestão documental, os processos nos quais é requerido, pelo utilizador das piscinas municipais, a suspensão ou cancelamento da inscrição na atividade frequentada;
2. A DCFAR atenta às instruções da DDJAPC e sempre que as mesmas se reportem a um facto já faturado e enviado ao cliente reúne e elabora, por utilizador, uma tabela com a faturação por regularizar;
3. A presente informação engloba processos que totalizam, conforme documento em anexo demonstra, a regularização de faturação no valor de 378,60 euros;

4. O artigo 45.º da Norma de Controlo Interno para o Município de Braga estatui que “A anulação da receita é da responsabilidade da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do seu Presidente”.

Propõe-se superiormente que a regularização desta faturação seja submetida a apreciação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e posteriormente, caso haja despacho favorável, submetida a deliberação do Executivo.

À consideração superior,